ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CEMVEJ – REALIZADA EM 29/11/2024

Ao vigésimo nono dia do mês de Novembro de dois mil e vinte quatro, às 09h00m em formato híbrido, presencialmente na Sala de Gestão do Palácio das Araucárias e *online* por meio do *link* disponibilizado para todas (os), deu-se início à Assembleia Geral do Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Estado do Paraná. Conforme convocação prévia fez-se presentes: **GOVERNAMENTAIS:** DOUGLAS HENRIQUE NOVELLI (SEJU); ELLEN CUNHA (SEEC); KASSIA SARITA (ARQUIVO PÚBLICO); **SOCIEDADE CIVIL:** IVETE MARIA CARIBÉ ROCHA (SERPAJ); ALUÍZIO FERREIRA PALMAR (SINDIJOR); NORTON NOHAMA (UFPR); LUIZ FERNANDO LOPES (UFPR); ADÉLIA LOPES (SINDIJOR); CLOVIS ANTONIO (UNILA); **CONVIDADOS (AS) / PARCEIROS (AS) / COLABORADORES (AS):** MARIA APARECIDA BLANCO DE LIMA (TJPR); RENATA GOMES THEODORO; RAQUEL OSOWSKI (MPPR); CLÁUDIA HOFFMAN (MPPR/LUME); ARLETE DIAS DE MORAES; MILTON; GABRIEL (LUME); LISANDRA SILVÉRIO (ACC/SEJU); **1. Abertura:** Inicialmente, Ivete saudou a todos e todas e deu início à reunião extraordinária do Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Paraná. **2. Aprovação da pauta:** Ivete realizou a leitura da pauta para conhecimento de todos (as) e colocou-a em aprovação — sem ressalvas, aprovada. 3. Aprovação da Ata: Lisandra informou que o funcionário responsável pela confecção das atas estava de férias, portanto, as mesmas seriam enviadas e aprovadas posteriormente. **4. Relatório da CEV:** Ivete pontuou que a ideia é de que o CEMVEJ organize trabalhos de divulgação do Relatório da CEV nas escolas/universidades, pois ele acabou ficando um tanto “escondido” do público geral. Clovis sugeriu que sejam traçadas essas estratégias de divulgação, por exemplo, por meio de fascículos temáticos através do Estado ou SEED por meio de Editais. Cláudia relembrou que, há 3 reuniões, foi combinado que seria elaborado o Plano de Trabalho do CEMVEJ 2025 — incluindo materiais didáticos — por meio de uma comissão. Douglas

informou que conseguiram orçamento para fazer impressões em 2025, como o material do LUME e outros, porém, refere-se somente à impressão e não à elaboração dos mesmos. Além disso, concordou em levar essa questão para SETI e levantar a possibilidade da criação de um Edital para produção do material. **5. Situação das Comunidades Quilombolas de Paiol de Telha (Guarapuava), Varzeão (Doutor Ulisses) e João Surá (Adrianópolis):** Ivete informou que foi recebido um ofício da Procuradoria da República indagando situações de três comunidades quilombolas, pois promoveria uma ação indenizatória por violações de direitos humanos contra comunidades quilombolas durante a Ditadura Militar. Portanto, o Ofício solicita informações da CEV sobre essas comunidades. **6. Informações LUME:** Douglas informou que o Termo de Colaboração estava na Assessoria Técnica da SEJU e, assim que aprovado, poderiam marcar a data de assinatura. A seguir, Maria Aparecida informou que houve um parecer da Consultoria Jurídica Interna do TJPR indicando que não seria possível manter o prazo de vigência estipulado. Portanto, sugeriram através de um parecer que seja feito um novo convênio, com as mesmas atribuições e manutenção do prazo de 60 meses. Deste modo, a Consultoria Jurídica elaborou uma minuta (que foi enviada a todos/as) com as alterações necessárias, pendente de aprovação das autoridades competentes envolvidas. Em relação ao Plano de Trabalho do CEMVEJ, a SEJU organizará uma reunião para que seja formado uma comissão organizadora para elaboração do mesmo. Dando início aos informes, Cláudia relatou que enfrentaram momentos delicados após a saída da Flávia e a substituição por pessoas que não são da área do LUME (historiadoras/es), sentindo-se desrespeitada e indicando que essa medida pode ser uma espécie de boicote ao trabalho feito no LUME; de uma política de estado que não valoriza a política de memória, verdade e justiça. Apesar de tudo isso, Cláudia relatou que o LUME entrou oficialmente para Rede Brasileira de Lugares de Memória; entrou oficialmente na *Red de Sitios de Memoria Latinoamericanos y Caribeños* (RESLAC) e na Coalizão de Sítios de Consciência. Em relação ao PROFICE, Cláudia informou que o projeto foi escrito em 2021 e aprovado em 2022 e somente em 2024 foi homologada sua inscrição, porém, em

tentativas de captar recursos com empresários de Curitiba, foram informadas que nenhum jamais vincularia suas empresas ao tema da ditadura. Portanto, foram feitas tentativas por meio de estatais e por meio de uma reunião com a Secretária de Cultura, conseguiram que a COPEL bancasse 100% do valor do projeto (escrever um inventário participativo da CEV). Outro projeto que estava tramitando é referente ao Edital da Lei Aldir Blanc que foi concorrido através do Instituto Lume, financiado pelo Município de Curitiba, para fazer o Mapa dos Caminhos da Resistência. Por fim, Cláudia relatou que será realizado um curso no Centro Judiciário sobre o LUME no dia 5 de dezembro. **7. Informes Gerais:** Ivete informou que dia 6 de dezembro participará de um Fórum de Verdade, Justiça e Reparação da USP, que tem por finalidade discutir as empresas que contribuíram com a Ditadura Civil-militar. **8. Encerramento:** Por fim, X agradeceu a presença de todos (as) e deu encerramento à Assembleia Geral do Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Paraná. A presente ata foi lavrada por Davi da Rosa. Revisada Lisandra Silvério